

DEMOCRACIA E GÊNERO: O AVANÇO DOS DISCURSOS DA EXTREMA DIREITA E OS ATAQUES DO BOLNONARISMO AOS CORPOS LGBTQIAPN+

DEMOCRACY AND GENDER: THE ADVANCE OF EXTREME RIGHT DISCOURSES AND BOLNONARISM'S ATTACKS ON LGBTQIAPN+ BODIES

José Ariosvaldo Alixandrino¹
Maria Aparecida Rodrigues²
Luciane Silva de Souza³

Resumo: este artigo problematiza acerca dos discursos de alguns líderes políticos mundiais e os impactos disso em relação ao avanço da extrema direita no Brasil, o bolsonarismo e seus impactos sobre os sujeitos e corpos LGBTQIAPN+ e as políticas de gênero, antigênero a partir de uma abordagem interdisciplinar embasada em autores como Foucault (2014; 2017; 2021), Butler (2013; 2018; 2021), Bourdieu (2019; 2021), Semelin (2009), Levitsky e Ziblatt (2018), Quadros (2020) e Preciado (2020; 2022; 2023). Nesse viés, a questão problema é: como o avanço da extrema direita tem exercido o controle e a repressão de corpos e subjetividades não cisheteronormativas, articulando elementos de poder, teórico-filosóficos, sociológicos, de gênero e políticos. E, o objetivo principal é debater acerca dos discursos propagados pelo bolsonarismo e as reflexões em relação ao avanço dessa extrema direita em alguns países, principalmente no Brasil, e seus impactos sobre os sujeitos, os corpos LGBTQIAPN+ e as políticas antigênero. Esta é uma pesquisa bibliográfica, descritiva e de abordagem qualitativa. Ao debater acerca da atuação sobre corpos e subjetividades dissidentes, utilizando os discursos extremistas, que se apropriam da religião, da fé e do moralismo e a falácia sobre a manutenção da 'família patriarcal tradicional' e o controle em relação às 'normas pré-estabelecidas' como aceitas e naturais, o artigo possibilita perceber que estes discursos visam excluir, menosprezar, criminalizar e invisibilizar sujeitos. O artigo analisa a retórica antigênero e, como isso, faz observar que os discursos extremistas se sustentam impondo e afirmando que as pessoas em desacordo com a cisheteronormatividade são 'inimigas morais' em relação às bases democráticas cisheterorreguladoras. Por fim, destaca-se a importância da resistência performativa corporal LGBTQIAPN+ e da reexistência como formas de afirmação da vida plural em tempos de intolerância e avanço mundial da extrema direita.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Corpos LGBTQIAPN+; Extremismo; Gênero; Poder.

Abstract: this article problematizes the discourse of certain global political leaders and its impact on the rise of far-right movements in Brazil, particularly bolsonarismo, and the effects on LGBTQIAPN+ individuals and bodies, as well as on gender and anti-gender policies. The approach is interdisciplinary, grounded in theorists such as Foucault (2014; 2017; 2021), Butler (2013; 2018; 2021), Bourdieu (2019; 2021), Semelin (2009), Levitsky and Ziblatt (2018), Quadros (2020), and Preciado (2020; 2022; 2023). In this context, the guiding question is: how has the far-right advanced mechanisms of control and repression over non-cisheteronormative bodies and subjectivities, by articulating elements of power through philosophical, sociological, gendered, and political frameworks. The main objective is to discuss the discourse propagated by bolsonarismo and to reflect on the spread of far-right politics in several countries—particularly Brazil—and its effects on individuals, LGBTQIAPN+ bodies, and anti-gender policies. This is a bibliographic, descriptive, and qualitative study. By critically engaging with how extremist discourse operates on dissident bodies and subjectivities—through its appropriation of religion, faith, moralism, and the fallacy of preserving the 'traditional patriarchal family' along with the enforcement of so-called 'pre-established norms' perceived as natural—the article reveals how such rhetoric seeks to exclude, belittle, criminalize, and render these individuals. It examines the logic of anti-gender rhetoric, showing how extremist narratives gain strength by asserting that individuals who diverge from cisheteronormativity become 'moral enemies' of cishetero-regulated democratic foundations. Finally, it highlights the importance of LGBTQIAPN+ embodied performative

¹ Possui graduação em Letras e Pedagogia, mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Doutorando em Letras - Literatura e Crítica Literária pela PUC- GOIÁS.

² Possui doutorado em Letras pela UNESP (2004) e dois Pós-Doutorados em Letras: um pela PUC-Rio de Janeiro (2013) e outro pela UNIOESTE (2018). Centra suas pesquisas nas Teorias do Transestético e Hipermodernidade.

³ Possui doutorado em Educação, pela Facultad Interamericana (validação (UNIUBE), Mestra em Letras, (UFG). Professora adjunta da (UFT). Centra suas pesquisas na área da inclusão e formação de professores.

resistance and the concept of reexistence as vital forms of affirming plural life amidst the global rise of intolerance and far-right extremism.

Keywords: Bolsonarism; LGBTQIAPN+ Bodies; Extremism; Gender; Power.

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, assistimos à intensificação de uma onda reacionária no cenário político global, marcada pelo fortalecimento de movimentos de extrema direita que promovem discursos de ódio, autoritarismos, “ideias nacionalistas” e conservadorismos. No Brasil, esse fenômeno foi recorrente, principalmente, de 2016 até o ano de 2022, com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Em meio a crises econômicas, instabilidade institucional e crescente polarização social, o seu vice Temer assume a presidência do Brasil, que posteriormente foi assumida por Jair Messias Bolsonaro, culminando na emergência de lideranças políticas que instrumentalizaram o moralismo religioso, o conservadorismo, o discurso antigênero e a retórica do ‘cidadão de bem’ e de ‘Deus Acima de Todos’, para deslegitimar adversários, menosprezar pessoas minorizadas, excluir sujeitos LGBTQIAP+ e fragilizar os mecanismos democráticos, na tentativa para manter a hegemonia branca, cristã, cisheterorreguladora, colonial e patriarcal.

Nos anos de 2018 até 2022, o ataque à democracia no Brasil foi constante com a veiculação discursiva e tentativa de naturalizar o ódio, o desrespeito, a misoginia, o racismo, o machismo, a homotransfobia. Mesmo com a eleição do atual presidente Lula, que assumiu o comando político do país em 2023, vivemos e presenciamos o avanço da extrema direita e do conservadorismo, uma vez que a bancada ‘dita evangélica’ e tradicionalista, defende e tenta manter apenas a ordem social cisheteronormalizadora, como único modelo de gênero a ser performado e seguido socialmente.

Esses discursos pautados no bolsonarismo, avançam e dialogam diretamente com outros líderes políticos como: Donald Trump, presidente americano e Viktor Orbán, presidente da Hungria, ambos, que atacam, também, as questões de gênero e pessoas LGBTQIAPN+.

Com esses crescentes avanços políticos, observa-se constantemente ataques diretamente aos sujeitos LGBTQIAPN+ e às políticas públicas voltadas à diversidade de gênero e à sexualidade. Grupos, que foram e são historicamente marginalizados, se tornam alvo de campanhas de ódio, perseguições institucionais e tentativas para serem excluídos e invisibilizados. Isto significa apagar, portanto, essas existências nas esferas públicas, políticas e em todos os espaços sociais.

O corpo não binário, no contexto discordante da cisheteronormatividade, converte-se e torna-se objeto de vigilância, exclusão, marginalização, disciplinamento. O bolsonarismo e

a extrema direita, nesse viés, querem ter o controle de poder psicoteobiopolítico⁴, ao usarem a fé e os valores cisheteropatriarcais, no sentido de controle das mentes humanas e das subjetividades corporais.

Diante dessas questões globais e nacionais antidemocráticas, este artigo propõe investigar a partir da seguinte questão: como o avanço da extrema direita tem exercido o controle e a repressão de corpos e subjetividades não cisheteronormativas, articulando elementos de poder, teórico-filosóficos, sociológicos, de gênero e políticos? Para tanto, dialogamos com autores (as) como Michel Foucault (2014;2017;2021), Judith Butler (2013; 2018; 2021), Pierre Bourdieu (2019; 2021), Jacques Semelin (2009), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), Eduardo Quadros (2020) e Paul Preciado (2020; 2022; 2023), cujas obras e teorias expõem debates e diálogos importantes e inter-relacionados para compreender a manutenção do poder cisheterorregulador e político antigênero, que estruturam as ofensivas contra a pluralidade democrática.

O objetivo principal deste artigo é debater acerca dos discursos propagados pelo bolsonarismo e as reflexões em relação ao avanço dessa extrema direita em alguns países, principalmente no Brasil, e seus impactos sobre os sujeitos, os corpos LGBTQIAPN+ e as políticas antigênero.

Esta pesquisa contribui para a promoção de debates acerca dos desafios impostos com os avanços radicais e de extremistas no Brasil, e como isso tensiona e coloca em questão a democracia, a política, o poder, a liberdade de gênero. Nesse sentido, a pesquisa possibilitou observar que é necessário (re)criar modelos democráticos de Estado e não de Governo, com possibilidades éticas, reflexivas e inclusivas, que possam compreender e respeitar a pluralidade LGBTQIAPN+.

O texto está estruturado em cinco tópicos: Bolsonarismo, trumpismos e ornanismo: avanços globais da extrema direita e as crises democráticas; Controle psicoteobiopolítico e governabilidade: autoridade religiosa, administração das mentes e das subjetividades corporais; Ideologia de gênero e sexualidade como ameaças morais; Poder, violência simbólica e o bolsonarismo como ameaças aos corpos LGBTQIAPN+; e, Repressão, poder e controle sobre os corpos transexuais no Brasil bolsonarista e de extrema direita.

2 BOLSONARISMO, TRUMPISMO E ORBANISMO: AVANÇOS GLOBAIS DA EXTREMA DIREITA E AS CRISES DEMOCRÁTICAS

Nas últimas décadas, o mundo e o Brasil tem vivenciado reconfigurações do (no) cenário político, marcadas pela ascensão de movimentos extremista de direita em diversas regiões. Esse fenômeno antidemocrático, que é impulsionado por discursos populistas, nacionalistas e autoritários reverbera socialmente e ganha legitimidade nos espaços de

⁴ Controle de poder psicoteobiopolítico é a junção do teo-poder – forma de dominação que atua sobre os indivíduos por meio da fé; o biopoder – controle das subjetividades e dos desejos corporais e o psicopoder – controle da mente e dos comportamentos dos sujeitos.

poder. “Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder” (Levitsky; Zibaltt, 2018, p. 17).

Países como Hungria, que tem Viktor Orbán, como primeiro-ministro, desde 2010; os Estados Unidos, com o presidente, atualmente eleito, Donald Trump; e, Brasil com o bolsonarismo, iniciado no mandato do então, presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), tornaram-se locais de propagação e sustentação dessa nova onda conservadora, que desafia os pilares do liberalismo político e ameaça direitos historicamente conquistados pela comunidade LGBTQIAP+, pessoas que foram e são constantemente excluídas e têm seus direitos negados.

Os discursos desses líderes subvertem e descontrolam a democracia, desrespeitam as normas institucionais, impõem autoritarismos, práticas constantes de enfraquecimento das liberdades civis, ataques frequentes aos meios de comunicação e tentam silenciar e controlar os corpos das pessoas. Assim, os valores cristãos, hegemônicos e cisheterorreguladores precisam ser preservados. Dessa forma, outras pessoas em desacordo com essas cisheteronormas pré-estabelecidas, precisam ser disciplinadas. “Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (Foucault, 2014, p. 135). Esses líderes políticos propagam esses discursos para manterem a ‘ordem social’.

No Brasil, no contexto bolsonarista e da bancada evangélica no Congresso, essa lógica se manifesta em políticas que buscam esse controle dos corpos e subjetividades por meio da militarização das escolas, da censura de conteúdos sobre gênero e sexualidade, e da exaltação da ordem, da moral e da autoridade como valores centrais da família patriarcal cisheteronormativa.

Esses avanços da extrema direita estão ganhando forças mundiais, o bolsonarismo, o trumpismo e o orbanismo representam configurações autoritárias e antidemocráticas e causam pânico mundial e ameaças às democracias. No Brasil, Bolsonaro deslegitimou políticas de diversidade e promoveu retrocessos institucionais em áreas como educação e cultura; nos Estados Unidos, Trump tentou banir pessoas transexuais do exército e removeu proteções federais para estudantes não cisheterossexuais; em abril de 2025, ignorou documentos brasileiros da deputada federal Erika Hilton e a registrou com o ‘sexo masculino’ ao conceder visto diplomático em que ela iria participar de uma conferência em Harvard. “É transfobia de Estado. Trump transformou o governo americano em máquina de perseguição às minorias” (Fórum, 2025). Na Hungria, Orbán aprovou leis que proíbem a ‘promoção’ da homossexualidade para menores e censura às manifestações públicas e eventos como a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+.

De acordo com Levitsky e Ziblatt (2018), as ideias e discursos propagados por esses líderes estão de acordo com quatro pontos fundamentais autoritaristas para o avanço da

extrema direita, que são: as rejeições às regras democráticas, negação da legitimidade dos oponentes, tolerância à violência e ao ódio e o apagamento e silenciamento das liberdades civis. Esses quatro pilares básicos não são isolados, mas fazem parte de um projeto político mais amplo de expansão antidemocrática, que transforma a pluralidade em ameaça e atacam e prejudicam e os corpos dissidentes e querem colocá-los como inimigos morais da hegemonia cisheteropatriarcal branca, cristã e ultraconservadora.

Jacques Semelin, em *Purificar e destruir* (2009) dialoga com Levitsky e Ziblatt (2018), ao discorrer sobre como esses regimes autoritários constroem inimigos internos por meio de um imaginário social de purificação. Para ele, o processo de silenciamento, anulação e estigmatização precede à violência física e ao ódio explícito. No Brasil, essa lógica acontece e se manifesta na construção de narrativas que associam pessoas LGBTQIAPN+, feministas, indígenas e imigrantes a ameaças à ‘família tradicional’, à ‘moral cristã’ ou à ‘soberania nacional’.

O inimigo, nesse contexto, não é apenas político - é simbólico, afetivo e existencial. Todos (as) (es) esses corpos sociais não purificados, não cisheteronormativos devem ser eliminados, invisibilizados e precisam ser desumanizados. “Antes de matar, é preciso convencer-se de que o outro não é mais um ser humano” (Semelin, 2009, p. 34). Isso acontece por meio de discursos, gestos e exaltação da hegemonia e dos valores patriarcais brancos, cristãos, hegemônicos.

Judith Butler (2018) propõe que a democracia não deve se limitar às instituições formais, ela também se realiza na presença e nas lutas dos corpos que resistem e reivindicam visibilidade em todos os espaços sociais. “Ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida” (Butler, 2018, p. 32). Essa concepção performativa de política e visibilidade corporal, dessa autora, desafia os regimes autoritários, como o trumpismo, o orbanismo e o bolsonarismo, que tentam restringir o direito de aparecer dos corpos LGBTQIAPN+. Esses sujeitos precarizados, minorizados, confrontam a lógica excludente da extrema direita e evidenciam que a democracia de gênero se constrói na prática coletiva e de luta contra a normatividade cisheteropatriarcal.

Diante desse cenário mundial e brasileiro, é fundamental compreender que o avanço da extrema direita deve e precisa ser evitado, precisamos superar esses regimes e formas antidemocráticas desses governos autoritários. Para tanto, é preciso investir em educação crítica, fortalecer instituições democráticas e reconhecer todos (as) (es) os corpos historicamente marginalizados, como a população LGBTQIAPN+, as mulheres, os povos indígenas e as comunidades negras. A linguagem, os discursos ferem, pois são seres linguísticos, seres cujas existências e performances sociais e subjetivas derivam de processos de reconhecimento (Butler, 2021). Nesse viés, reconstruir a democracia passa também por disputar os sentidos da linguagem, não propagar discursos de ódio, reconhecer

a existência de todas (os) (es) as pessoas, reconfigurar e rever a cisheteronormatividade e afirmar, coletivamente o direito de existir em pluralidade de gênero, como fundamento da vida e formas e organizações inclusivas e democráticas.

Assim, é necessário compreender como a ascensão da extrema direita e, com ela, do conservadorismo e das novas formas de autoritarismos globais se articula com práticas de controle social que transcendem o âmbito estritamente político, avançando sobre as esferas simbólicas, culturais, religiosas e subjetivas. A intensificação dessas estratégias, como temos visto, se revela especialmente perversa quando direciona à produção de corpos obedientes, disciplinados e colocados dentro de padrões morais restritos que tem como objetivo homogeneizar a sociedade e eliminar a pluralidade de existências e performances.

A consolidação desses projetos conservadores da extrema direita, reverberada nos discursos de Donald Trump, Jair Messias Bolsonaro e Viktor Orbán, naturaliza outros discursos que relacionam dissidências de gênero e sexualidade à desordem, à ameaça e à ruptura da 'ordem social'. Dessa forma, se torna muito forte a articulação entre os religiosos fundamentalistas, políticos ultraconservadores e a mídia, que operam para legitimar práticas de exclusão, silenciamento e criminalização de identidades.

3 CONTROLE PSICOTEOBIOPOLÍTICO E GOVERNABILIDADE: AUTORIDADE RELIGIOSA, ADMINISTRAÇÃO DAS MENTES E DAS SUBJETIVIDADES CORPORAIS

O controle de poder psicoteobiopolítico é a junção do teo-poder – forma de dominação que atua sobre os indivíduos por meio da fé; o biopoder - controle das subjetividades e dos desejos corporais e o psicopoder - controle da mente e dos comportamentos dos sujeitos. Quadros (2020) argumenta que é preciso considerar o papel da crença e do desejo na manutenção da governabilidade. Este autor, inspirado por Foucault (2014; 2017) e Han (2014), relaciona o teo-poder como um poder superior de controle, articulado ao psicopoder e ao biopoder. A fé, por sua vez, está na capacidade de mobilizar os afetos e a devoção humana capaz de produz subjetividades obedientes diante do autoritarismo religioso.

No contexto brasileiro, especialmente no bolsonarismo, essa lógica se manifesta na junção entre religião e política, que instrumentalizam e legitimam símbolos cristãos para normalizar práticas autoritárias. A frase que tanto se veicula, “Deus acima de todos” funciona como um discurso e dispositivo simbólico que associa o poder estatal à vontade divina, deslegitimando adversários como “inimigos de Deus” e transformando o debate político em uma guerra espiritual. “Ênfase na importância da crença e do desejo para os sujeitos bem como para a manutenção da governabilidade” (Quadros, 2020, p. 61).

Conforme apontado por Quadros (2020), o slogan bolsonarista – Deus acima de todos, desloca o campo da política para o da religião e da fé. Uma tentativa de mobilizar o “crer”, não somente no sentido religioso, como também em confiança e fidelidade. Assim, o estado por sua vez, na figura do bolsonarismo, se tornam entidades sustentadas pela crença e na governabilidade, portanto, produz sujeitos que creem, na autoridade estatal, na ordem, na moralidade e, sobretudo, em Deus.

O controle social psicoteobiopolítico não é um fenômeno novo, ele se articula com o neoliberalismo, com o conservadorismo, com o bolsonarismo, com a extrema direita e com o discurso de ódio para produzirem sujeitos sociais ideais e cisheteronormativos: fieis e obedientes. Isso exclui os corpos LGBTQIAPN+, o que corrobora para uma configuração especialmente violenta, pois os posiciona como ameaça à cisheteronormatividade - corpos que desafiam a ordem divina, devem ser corrigidos, silenciados, excluídos ou eliminados de qualquer espaço social.

Sendo assim, a problemática estabelecida e analisada por Quadros (2020) amplia a compreensão do autoritarismo contemporâneo político e religioso que se sustenta por meio de discursos de ódio, símbolos religiosos, púlpitos e algoritmos. Para ele, a extrema direita, o bolsonarismo, se baseiam no controle psicoteobiopolítico, a manutenção do poder simbólico, logo, se dá pela naturalização de valores cisheteronormativos que excluem a diferença e produzem sujeitos obedientes. Por sua vez, reafirma a hegemonia e invisibiliza os corpos LGBTQIAPN+, pessoas marginalizadas e que estão em desacordo com a norma cisheteropatriarcal.

4 IDEOLOGIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE COMO AMEAÇAS MORAIS

As normas culturais e sociais que moldam os comportamentos e identidades no Brasil contemporâneo têm raízes históricas em ideologias patriarcais, coloniais, racistas e sexistas. Tais padrões impõem a cisheterossexualidade como norma hegemônica e naturalizada, marginalizando sujeitos que não estão de acordo com a matriz binária de gênero. No Brasil, assim como em outros países, a chamada “ideologia de gênero” tornou-se um dos principais alvos dessa construção discursiva, o bolsonarismo e as crescentes formas governamentais antidemocráticas

[...] engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis”. Na esteira dessas investidas, constroem-se discursos inflamados com vistas a produzir ou a alimentar pânico moral (Junqueira, 2018, p. 451).

Nesse cenário, a chamada “ideologia de gênero” emerge como ferramenta central dos discursos antigênero. Grupos conservadores e religiosos, sobretudo ligados ao fundamentalismo neopentecostal, constroem um inimigo comum - feministas, movimentos LGBTQIAPN+ - a fim de justificar retrocessos nas políticas educacionais e nos direitos humanos. Essa cruzada moral é sustentada por campanhas que repatologizam identidades LGBTQIAPN+, censuram conteúdos escolares e atacam o pluralismo como ameaça à família e à ordem social (Junqueira, 2018).

Gênero, enquanto categoria analítica e histórica, permite desvelar relações de poder e contestar a naturalização das hierarquias entre homens e mulheres. Margareth Rago (2001) acrescenta que as diferenças entre os gêneros não são biológicas, mas produzidas por inserções sociais específicas, que moldam memórias, afetos e formas distintas. Manter, portanto, a sustentação governamental com base em discursos religiosos e moralistas revela não apenas ignorância epistemológica, mas o desejo deliberado de manter estruturas excludentes de dominação cisheterorreguladoras.

Rago (2001) e Junqueira (2018) corroboram com Butler (2013), pois para esta última autora, o gênero não é uma essência natural, mas uma construção performativa, um conjunto de atos reiterados, ressignificados que colocam em questionamento a ilusão de uma identidade estável. Essa concepção desestabiliza o binarismo homem/mulher e, por isso, é percebida como perigosa por aqueles que desejam restaurar uma ordem patriarcal rígida, conservadora, patriarcal e cisreguladora.

No discurso de posse, em 2019, à presidência do Brasil, Jair Messias Bolsonaro deixou isso em evidência: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores” (Brasil, 2019).

Assim, os ataques às políticas de gênero e a veiculação discursiva do termo criado como ideologia de gênero emergiram e emergem socialmente como ameaças e querem silenciar a diversidade LGBTQIAPN+. Estes sujeitos são vistos como ameaças existenciais por setores conservadores. A retórica antigênero, portanto, não é apenas uma reação moral, mas uma estratégia política eficaz, pois ela mobiliza o “pânico moral” e o desmonte de políticas públicas em relação ao gênero, à diversidade e à exclusão. Este foi e continua sendo o eixo estruturante do bolsonarismo, que não se findou com o mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro.

Em *Discurso de ódio: uma política do performativo*, Butler (2021) aprofunda sobre essas problematizações acerca desses discursos antigênero veiculados socialmente e argumenta como a linguagem pode ser uma forma de violência simbólica e de poder cisheterorregulador. O discurso de ódio não é apenas uma opinião ofensiva, é por sua vez, excludente e negacionista das distintas performances identitárias de gênero.

Discursos como: “inimigo da família tradicional”, “Brasil acima de tudo”, “Deus acima de todos”, “não existe mais conversinha de ideologia de gênero”, “vamos conservar nossos valores”. Essas falas ganharam forças durante a gestão presidencial bolsonarista, de 2019 a 2022. Isso não apenas descrevia o machismo, a homotransfobia, mas agia sobre corpos LGBTQIAPN+, desestabilizando, invisibilizando, excluindo e contribuindo com o ódio em relação a esses sujeitos. Essas falas foram naturalizadas e veiculadas socialmente, reforçando, legitimando e naturalizando violências. Isso são apenas alguns exemplos do que a extrema direita é capaz para construir inimigos, reverberar discursos de ódio e legitimá-los.

A “ideologia de gênero” não é, portanto, um conceito acadêmico ou filosófico, mas ela é uma invenção política que se sustenta como armas discursivas de poder. Ela serve para restaurar hierarquias de gênero e sexualidade, deslegitimar políticas públicas e consolidar projetos autoritaristas de sociedade. Como alerta Butler (2013; 2021), resistir a essas ofensivas e a esses discursos antigênero extremistas exige não apenas denunciar suas falsidades, mas também afirmar, com coragem e luta, a legitimidade e pluralidade dos corpos LGBTQIAP+, pois, são múltiplas as maneiras para performar gênero e sexualidade, existir vai além da cisheteronormatividade.

5 PODER, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E O BOLSONARISMO COMO AMEAÇAS AOS CORPOS LGBTQIAPN+

O avanço da extrema direita no mundo e no Brasil, especialmente com a ascensão do bolsonarismo, tem intensificado a violência simbólica e institucional contra corpos LGBTQIAPN+. Esse avanço extremista não pode ser compreendido apenas como um movimento político excludente, mas como parte de um projeto de poder que se sustenta em estruturas históricas de dominação, como o patriarcado, o machismo, a homotransfobia, o racismo e a cisheteronormatividade.

Bourdieu (2019) argumenta que a dominação masculina se perpetua por meio de mecanismos simbólicos que tornam “naturais” as hierarquias de gênero. No contexto do bolsonarismo, essa lógica se atualiza na exaltação de uma masculinidade agressiva e cisheteronormativa, que rejeita quaisquer outras formas de corpos em desacordo com o binarismo de gênero. Esse poder superior masculino fica em evidência e se impõe sobre os corpos femininos e dissidentes. A ordem social funciona como uma grande máquina simbólica que mantém o controle a dominação masculina (Bourdieu, 1999).

As ideias e os argumentos desse autor estão de acordo com o ultraconservadorismo existente no Brasil, no contexto bolsonarista e da bancada evangélica, marcado por resquícios patriarcais e por projetos políticos que constantemente ressaltam e reafirmam os papéis de gênero tradicionais, que querem reforçar um modelo único de sujeito: cristão,

branco cisheterossexual, e silenciam quaisquer possibilidades de sujeitos que performam além dessa matriz inteligível binária tradicional. Homem = macho, forte, viril, cisheterossexual – mulher = passividade, cisheterossexualidade, recatada, do lar (Butler, 2013).

A violência simbólica, por sua vez, não atua como mera opressão discursiva: ela molda e regula posturas, gestos, comportamentos e percepções sociais, fazendo com que as desigualdades pareçam naturais ou legítimas. Os corpos LGBTQIAPN+, os corpos femininos, os corpos negros, os corpos indígenas, todas essas performances corporais subalternizadas tornam-se alvos dessa violência e de uma dominação que é invisível justamente porque é incorporada aos moldes sociais cisheterorreguladores. “Algo passivo, submisso, como nos fazem lembrar, pelo gesto ou pela palavra, os insultos mediterrâneos contra a homossexualidade” (Bourdieu, 1999, p. 21). Necessita, portanto, desnaturalizar essas estruturas que os discursos do bolsonarismo veiculam para se ter uma sociedade com projetos democráticos verdadeiramente plurais e emancipadores que não sejam opressores, machistas, misóginos, homotransfóbicos.

Em diálogo com Bourdieu (2019; 2021), Foucault (2014; 2017; 2021), na análise das formas modernas de poder, nos ajuda a compreender como o poder atua sobre os corpos sociais e sobre os discursos. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) mostra como o poder contemporâneo perpetua na punição e no controle dos corpos por meio de dispositivos disciplinares que moldam condutas e subjetividades. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (Foucault, 2014, p. 135). O corpo, nesse contexto, torna-se o principal alvo da normatização, do controle e da vigilância, ele precisa ser submisso e dócil.

Em *A história da sexualidade I* (2017), Foucault argumenta que o poder não apenas reprime a sexualidade, mas a produz discursivamente, regulando o que pode ser performado, vivido e reconhecido como legítimo, aceito e natural. “O casal, legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar” (Foucault, 2017, p. 7).

O poder, portanto, em relação à pluralidade sexual, não se exerce apenas por meio da repressão estatal cisheteronormativa ou da violência explícita, mas por meio de dispositivos sutis de poder que atravessam instituições, discursos e práticas reguladoras reafirmadas cotidianamente. Outras sexualidades não cisheterossexuais não tem espaços, apenas o casal legítimo e procriador deve ditar a norma, sujeitos LGBTQIAPN+ que performem, vivam em outros lugares longe da cisheterossexualidade procriadora cisheteropatriarcal.

Relacionando e articulando as ideias de Bourdieu (2019; 2021) e Foucault (2014; 2017; 2021), é possível compreender que o bolsonarismo perpetua como um projeto de poder disciplinador e que silencia os corpos LGBTQIAPN+, reforça uma masculinidade agressiva e cisheterorreguladora, reativa essas estruturas e legitima a exclusão de corpos

que não se encaixam no modelo binário pré-estabelecido. Assim, compreender essas articulações entre violência simbólica e discursiva é fundamental para resistir aos dispositivos de poder que ameaçam, naturalizam e regulam pluralidade e a dignidade dos sujeitos em desacordo com a cisheteronormatividade no Brasil contemporâneo, em constante avanço dos discursos bolsonaristas.

Em regimes de extrema direita, e corroborando com Bourdieu (2019; 2021) e Foucault (2014; 2017), Preciado (2020;2021;2023) nos ajuda a compreender que o poder contemporâneo não se impõe apenas pela força e pelos discursos cisheterorreguladores, mas infiltra-se nos corpos e subjetividades LGBTQIAPN+ por meio de tecnologias simbólicas, afetivas que naturalizam a inviabilidade e exclusão. No contexto do bolsonarismo, essas questões se intensificam: a oratória moralista e religiosa transforma quem está em desacordo com a cisheteronormatividade em ameaça e legitima políticas de silenciamento. Os corpos dissidentes e performances identitárias não binárias tornam-se alvos a serem apagados, corpos que precisam ser disciplinados.

Para se ter políticas democráticas e um país mais laico em relação a diversidade e performances corporais, necessita, portanto, de políticas que possam defender todos (as) e (es) os corpos, qualquer um tem direito, “independentemente de sua idade, de seus órgãos sexuais ou genitais, de seus fluidos reprodutivos e de seus órgãos gestacionais – à autodeterminação de gênero e sexual” (Preciado, 2020, p. 73). Assim, qualquer ser pode performar livremente suas identidades sexuais e não devem ser educados exclusivamente para a cisheteronormatividade e a reprodução cisheropatriarcal. Pessoas LGBTQIAPN+ resistem e lutam contra as cisnormas impostas pelo poder cristão, branco e cisheterorregulador.

6 REPRESSÃO, CONTROLE E PODER SOBRE OS CORPOS TRANSEXUAIS NO BRASIL BOLSONARISTA E DE EXTREMA DIREITA

Os políticos brasileiros que se dizem tradicionalistas, cristãos, conservadores, bolsonaristas e de extrema direita, acatam frequentemente figuras públicas LGBTQIAPN+, principalmente os corpos transexuais e que ocupam espaços de poder. Érika Hilton, Duda Salabert e Thabatta Pimenta, figuras atuantes no contexto político contemporâneo brasileiro. Esses ataques não são incidentes isolados, são por sua vez, projetos políticos embasados em discursos religiosos e moralistas, que invisibilizam essas pessoas e querem transformá-las em ameaças a família patriarcal tradicional cisheterorreguladora.

A deputada federal Érika Hilton, que constantemente denuncia a violência simbólica e física contra pessoas travestis e transexuais, em uma entrevista ao UOL, declarou: “Nós, pessoas trans, viramos o bode expiatório da direita no mundo, não só no Brasil. Somos [taxadas] como o terror social, familiar, moral” (UOL, 2025).

Duda Salabert, também deputada federal, por sua vez, denuncia que o bolsonarismo “é um fascismo à brasileira, traz consigo essas marcas de ódio a minorias” (Carta Capital, 2025). Thabatta Pimenta, vereadora transexual no Rio Grande do Norte, outra figura pública, com grande visibilidade luta frequentemente pela comunidade LGBTQIAPN+, é resistente às *políticas e discursos ultraconservadores que tentam apagá-la*, participou de uma conferência da Escócia, de grande visibilidade mundial e declarou: “Estou aqui, na Europa, falando da importância de políticas públicas para minha comunidade” (Saiba Mais, 2025).

Essas três pessoas, apesar de estarem em desacordo a cisheteronormatividade, ocupam lugares de poder e mostram suas lutas e performances políticas e corporais transgressivas. Neste contexto, elas causam ‘terror social e moral’ para os bolsonaristas, conservadoristas e fundamentalistas religiosos, são ameaças ao sistema cisheteropatriarcal, não devem performar suas identidades e tem seus direitos negados, portanto, devem ser apagadas de todos os espaços sociais, principalmente os de poder.

Relacionamos, esses discursos dessas transexuais brasileiras com o que aponta Preciado (2020; 2021; 2023) e Foucault (2014; 2017; 2021) e isso permite perceber que os corpos e as performances identitárias LGBTQIAPN+ estão em lutas constantes para existirem, uma vez que o poder cisheteropatriarcal exerce forças e controles sobre eles. Compreendemos, portanto, que o bolsonarismo se dá como um dispositivo de poder que transforma o discurso em ódio, o afeto, em controle de corpos, e a fé, em ferramenta de exclusão e marginalização, em relação às políticas de gênero.

O poder, portanto, se veicula e está interligado em todos os espaços e nas relações sociais, ele é exercido em múltiplos pontos e atravessa instituições, saberes, controles e práticas cotidianas (Foucault, 2021). As relações de poder não acontecem apenas de maneiras impostas, bem como, atuam também, de maneiras sutis, que moldam e atuam silenciosamente. (Han, 2019). Ele não é apenas repressivo, mas também produtivo: molda corpos, subjetividades e verdades, operando de forma disciplinar nas sociedades modernas. Esses dois últimos autores citados corroboram em relação ao poder, no que se refere aos moldes dos comportamentos e afetos, atuando no controle de corpos e subjetividades. Resistir então, nesse contexto, é importante para debater sobre os corpos LGBTQIAPN+ e problematizar não apenas existem deles, mas, que eles reinventam e transgridem suas subjetividades além do binarismo cisheteropatriarcal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da extrema direita nos Estados Unidos e na Hungria, materializada, também, no Brasil pelo bolsonarismo e revela um projeto político autoritário, ditador e impositor que se constrói sobre discursos antigênero, práticas de silenciamento, invisibilidade e exclusão de corpos e identidades não binárias. Ao empregar a fé, o medo e o

moralismo religioso, esse movimento fortalece dispositivos de poder, psicoteobiopolíticos, que atuam sobre corpos, subjetividades, afetos e desejos, reafirmando uma norma cisheteropatriarcal colonial. O conservadorismo e o avanço da extrema direita operam não apenas no campo político, mas também nas estruturas discursivas da linguagem, dos comportamentos e afetos humanos e dos saberes sociais. Nesse contexto, os corpos e identidades LGBTQIAPN+, especialmente os corpos transexuais, tornam-se alvos de violência simbólica, institucional, social e discursiva, sendo marcados como ameaças morais à ordem tradicional cisheterorreguladora.

A presença e resistência de corpos LGBTQIAPN+ e de figuras públicas transexuais como Érika Hilton, Duda Salabert e Thabatta Pimenta, que ocupam e atuam em espaços de poder, exemplificam as resistências corporais e discursivas que enfrentam e contestam esses regimes que silenciam e são excludentes. Afirmando, portanto, políticas e performances identitárias radicais de existência, visibilidade e pluralidade.

A pesquisa mostra, então, que existir e resistir ao avanço do bolsonarismo no Brasil, e ao avanço da extrema direita, é mais do que um posicionamento político, é um compromisso ético com a dignidade humana e com os corpos LGBTQIAPN+. Este artigo questiona e aborda criticamente que a democracia só será plena quando incluir e reconhecer todos (as) (es) os sujeitos e as subjetividades e suas múltiplas formas de viver, performar e existir. As práticas políticas e democráticas exigem um sistema que reconfigure o sistema de poder regulador cisheteropatriarcal – colonial, hegemônico, branco, cristão e extremista. E, por fim, afirmações de políticas democráticas que respeitem a pluralidade de gênero e sexualidade. Existir, resistir e performar subjetividades são atos revolucionários diante das múltiplas tentativas de silenciamento e invisibilidade. Os corpos LGBTQIAPN+, nesse cenário, reexistem e sobrevivem em constantes lutas ao sistema cisheteronormativo binário.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gil. Thabatta Pimenta leva voz trans potiguar à Escócia em conferência internacional. **Saiba Mais**, Natal, 3 jul. 2025. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2025/07/thabatta-pimenta-leva-voz-trans-potiguar-a-escocia-em-conferencia-internacional>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Edições 70, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de posse no Congresso Nacional**. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Unesp, 2021.

CÉSAR, Caio. 'Para nós, estar na política não é uma opção. É destino'. **CartaCapital**, São Paulo, 31 mar. 2025. Entrevista com Duda Salabert. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/para-nos-estar-na-politica-nao-e-uma-opcao-e-destino>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Petrópolis: Vozes, 2019.

HILTON, Érika. **Pessoas trans são o bode expiatório da extrema-direita**. Entrevista ao Canal UOL. São Paulo, 22 jun. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018.

QUADROS, Eduardo G. Deus acima de todos? A construção da teo-política na crise das democracias. **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 37, p. 59–75, 2020.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Dysphoria mundi**: o som do mundo desmoronando. Tradução de Eliana Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RAGO, Margareth. **Entre a História e a liberdade**: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SEMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**: usos políticos dos massacres e genocídios. Lisboa: Difel, 2009.

TEODORO, Plínio. Governo Trump trata Érika Hilton por pronome masculino em visto para Harvard: “transfobia de Estado”. **Revista Fórum**, São Paulo, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2025/4/16/governo-trump-trata-erika-hilton-por-pronome-masculino-em-visto-para-harvard-transfobia-de-estado-177536.html>. Acesso em: 8 jul. 2025.

Recebido em: 31/07/2025

Aceito em: 04/12/2025